



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO PARA A EB2.3/S DE ARCOS DE VALDEVEZ - LOTE 1 - (MOBILIÁRIO ESCOLAR)" ADJUDICADO À SOCIEDADE ANÓNIMA NAUTILUS, S.A., DE FOZ DO SOUSA - GONDOMAR-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **30 de junho de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Eng.º Vítor Manuel Alves Barbosa, titular do Cartão de Cidadão n.º 07708156 0ZZ7, válido até 16-06-2019, residente na Travessa Custódio Pereira Ramos, nº 30 – 2º Esqº, Agudela, Matosinhos, que outorga na qualidade de **Administrador**, com poderes para este ato, em representação da sociedade anónima que usa a firma **NAUTILUS, S.A.**, com sede na Rua Senhora da Livração, nºs 1250 a 1300, Foz do Sousa, Gondomar, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Gondomar sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **503 653 179**, com o capital social de € 2.657.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal, datada de 12 de junho de 2017,

adjudicou, por Concurso Público, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 148º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO PARA A EB2,3/S DE ARCOS DE VALDEVEZ – LOTE 1 – (MOBILIÁRIO ESCOLAR)”**. -----

Pela referida Deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual, correspondente ao valor da adjudicação, é de € **31.973,00 (trinta e um mil novecentos e setenta e três euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo do fornecimento adjudicado é de **30 dias, a contar da data da assinatura do contrato**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 10** – Equipamento Básico; e **Alínea 02** – Outro. -----

- Classificação Funcional – **2110504**. -----

Sexta: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e

demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nos números anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

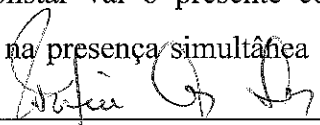
Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

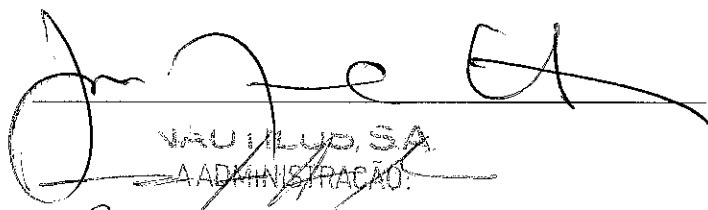
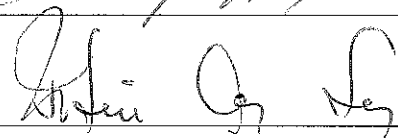
Décima: **O segundo outorgante declara aceitar,** para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar o fornecimento adjudicado dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **26-05-2017**, e

válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Gondomar -1, em **18-04-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 0580-1148-7319, subscrita em 02-03-2017 e válida até **02-03-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foi conferida igualmente a qualidade e a suficiência de poderes do segundo outorgante para intervir neste ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


MUNICÍPIO, SA
A ADMINISTRAÇÃO


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **74/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **34/2017**